

Quantos médicos de família e comunidade temos no Brasil?

How many family and community doctors do we have in Brazil?

¿Cuántos médicos de familia y comunidad tenemos en Brasil?

Resumo

A formação de médicos especialistas no Brasil se dá por meio da conclusão de um programa de residência médica ou pela realização de uma prova e obtenção de um título de especialista. São caminhos paralelos e que por vezes se sobrepõem. Além disso, as instituições responsáveis por esses respectivos modelos de formação de especialistas, que são a Comissão Nacional de Residência Médica e a Associação Médica Brasileira, não dispõem de uma base de dados unificada. Em função desses fatores, sempre foi difícil definir com alguma precisão o número de médicos de família e comunidade no país. Com mudança recente no sistema da informação da Comissão Nacional de Residência Médica (SIS-CNRM), foi possível obter informações sobre certificados de conclusão de residência médica anteriores à criação do sistema. A partir desses dados do SIS-CNRM foi possível se obter o número atual de médicos de família e comunidade no país. O levantamento desse número, inédito para a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, é elemento essencial para planejar o crescimento e o futuro da especialidade no país.

Palavras-chave: Especialização; Residência Médica; Medicina de Família e Comunidade

Abstract

The training of medical specialists in Brazil is through the completion of a medical residency program or by conducting a test and obtaining a specialist degree. They are parallel paths and sometimes overlap. In addition, the institutions responsible for these respective specialists training models, which are the National Medical Residency Commission and the Brazilian Medical Association, do not have a unified database. Due to these factors, it has always been difficult to define with any precision the number of family and community doctors in the country. With a recent change in the information system of the National Medical Residency Commission (SIS-CNRM), it was possible to obtain information about certificates of completion of medical residency prior to the creation of the system. Based on these SIS-CNRM data, it was possible to obtain the current number of family and community doctors in the country. The survey of this number, unprecedented for the Brazilian Society of Family and Community Medicine, is an essential element to plan the growth and future of the specialty in the country.

Keywords: Specialization; Internship and Residency; Family Practice

Daniel Knupp Augusto^a
Leandro David^b
Denize Ornelas Pereira Salvador
de Oliveira^a
Thiago Gomes da Trindade^a
Nulvio Lermen Junior^a
Paulo Poli Neto^a

^a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
knupp.bh@gmail.com (*Autor correspondente*);
denizeofp@gmail.com;
thiagogtrindade@gmail.com;
nulvio@hotmail.com;
ppolinet@gmail.com

^b Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, MG, Brasil.
correiodoleandro@gmail.com

Como citar: Augusto DK, David L, Oliveira DOPS, Trindade TG, Lermen Junior N, Poli Neto P. Quantos médicos de família e comunidade temos no Brasil? Rev Bras Med Fam Comunidade. 2018;13(40):1-4. [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc13\(40\)1695](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc13(40)1695)

Fonte de financiamento:
declaram não haver.

Parecer CEP:
não se aplica.

Conflito de interesses:
declaram não haver.

Procedência e revisão por pares:
revisado por pares.
Recebido em: 21/02/2018.
Aprovado em: 22/03/2018.

Resumen

La formación de médicos especialistas en Brasil se da por medio de la conclusión de un programa de residencia médica o por la realización de una prueba y obtención de un título de especialista. Son caminos paralelos y que a veces se superponen. Además, las instituciones responsables de estos respectivos modelos de formación de especialistas, que son la Comisión Nacional de Residencia Médica y la Asociación Médica Brasileña, no disponen de una base de datos unificada. En función de estos factores, siempre fue difícil definir con cierta precisión el número de médicos de familia y comunidad en el país. Con un cambio reciente en el sistema de información de la Comisión Nacional de Residencia Médica (SIS-CNRM) fue posible obtener información sobre certificados de terminación de residencia médica anteriores a la creación del sistema. A partir de esos datos del SIS-CNRM fue posible obtener el número actual de médicos de familia y comunidad en el país. El levantamiento de ese número, inédito para la Sociedad Brasileña de Medicina de Familia y Comunidad, es un elemento esencial para planificar el crecimiento y el futuro de la especialidad en el país.

Palabras clave: Especialización; Internado y Residencia; Medicina Familiar y Comunitaria

Essa é uma das perguntas mais frequentes para a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC). E não é por acaso. O sistema de registros de especialistas no país é consideravelmente complexo, dificultando a obtenção fácil desse dado. Além disso, o próprio modelo de formação de especialistas, que admite caminhos diferentes supostamente chegando ao mesmo local, contribui para essa complexidade.¹ A saber, o certificado de conclusão de residência médica e o título de especialista emitido por uma sociedade científica de uma especialidade médica, título esse usualmente concedido por meio de realização de prova avaliando conhecimentos teóricos, têm o mesmo valor perante nossas entidades médicas. E, de fato, essa é uma pergunta de fundamental importância, pois o número de médicos de família e comunidade (e de outros especialistas) deve ser a base para se definir a política de formação de especialistas, definir estratégias de provimento de profissionais médicos para o sistema de saúde e, até mesmo, entender melhor o desempenho alcançado pelos nossos serviços de saúde.

Os certificados de conclusão de residência médica, emitidos pelas instituições que desenvolvem programas de residência, recebem registro no Ministério da Educação e são então entregues ao médico. Esses certificados não são submetidos ou registrados pela Associação Médica Brasileira (AMB) ou pelas sociedades de especialidades.² Por sua vez, os títulos de especialistas são assinados pelos presidentes da AMB e da sociedade de especialidade em questão, mas não são submetidos ao Ministério da Educação.

Recomenda-se que ambos, certificado de conclusão de residência médica e título de especialista, sejam apresentados pelo médico ao seu Conselho Regional de Medicina (CRM) para registro. Entretanto, isso nem sempre é feito, de modo que os CRM e, por consequência, o Conselho Federal de Medicina (CFM) dispõem apenas de registro parcial do número de especialistas no país.

Em 2013, o Governo Federal estabeleceu o Cadastro Nacional de Especialistas, no intuito de consolidar os dados sobre emissões de certificados de conclusão de residência médica e de títulos de especialistas.³ Esse sistema, entretanto, foi motivo de grande descontentamento das entidades médicas e encontra-se incipiente. Não há, portanto, uma fonte que disponha de dados completos sobre médicos especialistas no país.

A SBMFC filiou-se à AMB em 2002. A AMB é a entidade que congrega as sociedades científicas das especialidades médicas e mantém controladoria sobre o sistema de titulação de especialistas. Desde então, foram realizados 22 concursos para obtenção de Título de Especialista em Medicina de Família e Comunidade (TEMFC). Tanto a AMB como a SBMFC têm controle do número de TEMFC emitidos desde

então. Considerando o último concurso com resultado homologado, são 2593 médicos com o título no país. Esse número, porém, se sobrepõe ao número de especialistas com residência médica, pois é relativamente comum que o médico que concluiu um programa de residência médica também faça a prova de título.

A residência médica no país se estabelece mediante um marco legal em 1981, embora já houvessem programas de residência anteriores a isso, inclusive em Medicina de Família e Comunidade (à época, Medicina Geral e Comunitária). O marco legal da residência médica estabelece a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), instituída no Ministério da Educação, como órgão máximo de governança, e a CNRM adota, nos últimos anos, um sistema de gerenciamento da residência médica no país, o SIS-CNRM. Até pouco tempo atrás, não era possível consultar com segurança dados de certificados de residência médica anteriores à criação do SIS-CNRM. Mas com o constante aperfeiçoamento do sistema, isso recentemente se tornou possível. Além disso, embora o SIS-CNRM seja de acesso restrito, a CNRM disponibilizou um link para consulta de certificados emitidos.

Assim, a SBMFC realizou levantamento do número de certificados de residência médica registrados no SIS-CNRM e elaborou um consolidado com os dados de títulos de especialista emitidos. No SIS-CNRM foram obtidos todos os registros de certificados de conclusão de residência em Medicina de Família e Comunidade ou Medicina Geral e Comunitária (nome adotado para a especialidade até 2002). Os nomes em duplicidade, que possuem certificado de residência médica e título de especialista, foram contabilizados apenas uma vez para se anular a sobreposição dos números. O resultado por ser visto no Quadro 1.

Quadro 1. Número de Médicos de Família e Comunidade no Brasil, em 2017.

Certificados de conclusão de residência médica em Medicina Geral e Comunitária ou Medicina de Família e Comunidade*	3341
Título de Especialista em Medicina de Família e Comunidade**	2593
Total de médicos de família e comunidade no país (certificado de residência médica ou título de especialista)	5438

* Dados do SIS-CNRM, abrangendo o período de 1981 a 2017. ** Dados da SBMFC e AMB. Fonte: elaborado pelos autores

Os dados não incluem os certificados de residência em Medicina Geral e Comunitária emitidos antes de 1981. Como é de amplo conhecimento, já havia residências médicas na especialidade em alguns locais do país durante a década de 1970. Embora seja possível que egressos de programas de residência nesse período tenham obtido o TEMFC, devemos considerar que o número total de médicos de família e comunidade obtido nesse levantamento ainda contém algum grau de imprecisão. Outra limitação do levantamento é o fato de que não se conhece o número exato de médicos já falecidos. Na impossibilidade de se obter esse número exato, optou-se por manter relacionados todos os médicos de família e comunidade. Portanto, não foram excluídos da relação os colegas cujos óbitos são notórios.

Com a elaboração dessa relação, torna-se uma responsabilidade a ação de mantê-la atualizada. É uma tarefa relativamente simples, que envolve a assimilação à atual lista dos novos titulados, a cada edição do concurso para obtenção do TEMFC, e dos egressos dos programas de residência em Medicina de Família e Comunidade, ao término de cada ano letivo no calendário da CNRM. Nota-se ainda que seria possível, e de grande relevância, que o CFM estabelecesse um banco de dados semelhante, para todas as especialidades médicas, em âmbito nacional. Isso poderia ser feito a partir de solicitação de atualização dos dados profissionais no momento de pagamento da anuidade do conselho.

Por fim, esse diagnóstico nos mostra que o número de médicos de família e comunidade no país ainda é pequeno (menos de 2% do total de médicos), muito aquém do que seria necessário para a qualificação dos nossos serviços de atenção primária à saúde. Por consequência, nota-se a grande importância de políticas de fomento à formação de médicos de família e comunidade, incluindo a expansão das vagas de residência médica na especialidade, os incentivos para a ocupação dessas vagas e a inserção da especialidade nos cursos de graduação em medicina.

Referências

1. Scheffer M, coord. Demografia Médica no Brasil 2015. Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. São Paulo: Conselho Federal de Medicina; 2015. 284 p.
2. Brasil. Lei Federal nº 6.932, de 7 de julho de 1981. Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos; 1981.
3. Brasil. Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos; 2013.